

DIRETORES
Jaime Câmara Júnior
Fernando Câmara
DIRETOR-EDITOR
Wagner Tavares de Goes

Política

O governo vai reagir através do Congresso

O governo Figueiredo está paralizado diante de tantos escândalos e dos consecutivos sucessos da política econômica? Essa é uma questão que, no momento, incomoda vários dos mais graduados assessores do presidente da República que têm buscado fórmulas para retomar a iniciativa e ultrapassar o momento difícil da atual administração. Uma decisão já foi tomada: o governo vai reagir, vai se explicar e pretende retomar a iniciativa através da ação coordenada dos líderes do PDS no Senado e na Câmara Federal.

Há, pelo menos, duas correntes de opinião dentro do Palácio do Planalto. Uma é a de cautela, que deseja aguardar o lento desenrolar dos acontecimentos de maneira a proteger o presidente da República de um desgaste político ainda maior. Essa corrente tem no ministro Leitão de Abreu, chefe do Gabinete Civil, seu maior expoente. Outros gabinetes, contudo, defendem posição inversa: acham que o presidente Figueiredo tem todas as chances para, aproveitando os efeitos desastrosos da crise econômica, dar ao País uma mensagem de otimismo, fé no trabalho e confiança no restabelecimento dos antigos níveis de desenvolvimento.

Essa política agressiva diante da crise envolve riscos, entre eles aquele que é o mais temido: o presidente pessoalmente tem sido muito protegido dos efeitos dos escândalos e das sucessivas frustrações originárias da área econômico-financeira. Se assumir o risco de pessoalmente comandar a reação de seu governo, com uma mensagem otimista correrá o perigo de não ver seu objetivo atingido e, além disto, sair chamuscado pelos efeitos de tudo isso que está acontecendo no Brasil dos últimos meses. Até agora, portanto, prevalece a política cautelosa.

Um exemplo dessa cautela é a mensagem do presidente da República ao Congresso Nacional. O texto está pronto desde a última quinta-feira — e sobre ele não existe nenhuma recomendação de sigilo. Trata-se, afinal de contas, de um texto que será público dentro de poucos dias. Mas o Gabinete Civil entende que os primeiros leitores dessa mensagem devem ser os congressistas e que seria uma descortesia antecipar qualquer parágrafo dessa mensagem.

Os líderes do governo no Senado Federal e na Câmara dos Deputados têm mantido estreito contato com o Gabinete Civil para articular a ação conjunta entre partido e governo no sentido de ultrapassar os escândalos dos últimos dias. A ideia é a de responder naqueles plenários às questões que serão levantadas pela oposição. Uma delas já começa a aparecer no horizonte: o PMDB vai levantar uma questão constitucional. Todos os acordos internacionais feitos pelo governo devem ser referendados pelo Congresso Nacional, segundo a Constituição. E se o acordo não for aprovado no Congresso, ele é automaticamente denunciado. Com isso, o maior partido de oposição pretende abrir uma profunda discussão sobre os entendimentos entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional.

Já foi descartada a hipótese de uma grande campanha de relações públicas ou de publicidade institucional. Reconhece-se, no Palácio do Planalto, que os problemas enfrentados pelo governo Figueiredo estão além do que a propaganda pode fazer. Trata-se de uma questão política que como tal deve ser tratada. Por essa razão, o porta-voz da Presidência deverá limitar seu trabalho aos assuntos exclusivamente presidenciais. Tudo aquilo que for ação do governo, como um todo, ficará na responsabilidade dos líderes no Congresso ou dos ministros de Estado da área respectiva. Não foi por acaso que o porta-voz, Carlos Átila, afirmou que nada tinha a declarar sobre a maxidesvalorização do cruzeiro. E foi objetivo dizendo aos repórteres: «Procurem o Delfim».